

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 31

De acordo com a INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions), assinale a opção correta, acerca da auditoria governamental.

- A As vantagens do controle prévio, ou pré-auditoria, incluem a possibilidade de impedir que prejuízos ocorram e de gerar pequeno volume de trabalho.
- B As auditorias de legitimidade, de regularidade e operacional são os tipos de auditoria que a entidade de fiscalização superior utiliza para cumprir suas finalidades.
- C Para o sucesso de uma auditoria governamental, é suficiente que a entidade de fiscalização não sofra influências externas e que seus membros e diretores sejam independentes da entidade auditada.
- D O objetivo específico de uma auditoria governamental consiste em encontrar e responsabilizar civil e penalmente aqueles que incorrerem em desvios.
- E O controle prévio, também denominado pré-auditoria, e o controle posterior, ou pós-auditoria, constituem etapas de controle.

### QUESTÃO 32

A respeito de auditoria interna, assinale a opção correta de acordo com o IIA (Institute of Internal Auditors).

- A Os serviços de avaliação, normalmente, compreendem dois participantes: o auditor interno e o cliente do trabalho.
- B Normas de atributos, de desempenho e de responsabilização correspondem aos tipos de normas a serem seguidas pela auditoria.
- C As normas de atributos se restringem às características dos profissionais que realizam as atividades de auditoria.
- D As regras de conduta do auditor interno limitam-se a três aspectos: discricção, integridade e objetividade.
- E A auditoria interna é uma atividade de avaliação e consultoria, independente e objetiva, desenvolvida para agregar valor e melhorar as operações da organização.

### QUESTÃO 33

Assinale a opção correta, a respeito de governança no setor público.

- A As instâncias externas de governança responsáveis pelo exercício de fiscalização e controle são autônomas, mas podem depender de outras organizações.
- B As instâncias internas de governança responsáveis pela avaliação de estratégias e políticas e pelo monitoramento de conformidade estão impedidas de atuar nas situações em que desvios forem identificados.
- C No setor público, a governança é analisada sob três perspectivas: sociedade e Estado; atividades extraorganizacionais; e órgãos e entidades.
- D A auditoria é entendida como um instrumento de verificação da governança.
- E Um dos princípios de governança no setor público, a prestação de contas por responsabilidade conferida ao gestor público será obrigatória apenas em determinadas situações.

### QUESTÃO 34

A respeito de controles internos, de acordo com o **Manual de Gerenciamento de Riscos Corporativos** — Estrutura Integrada (COSO II), do Committee of Sponsoring Organization, assinale a opção correta.

- A No gerenciamento de riscos corporativos, a fixação dos objetivos será realizada após a identificação dos eventos, a fim de se determinar quais ações serão realizadas para cada tipo de risco.
- B Risco inerente é aquele que perdura mesmo depois da resposta dos dirigentes da organização.
- C Em uma organização, o gerenciamento de riscos corporativos, processo conduzido pelos seus membros, consiste em estabelecer estratégias para identificar e administrar potenciais eventos capazes de afetá-la.
- D Nas atividades de monitoramento, a organização deve escolher e executar avaliações para averiguar se os componentes do controle externo estão em operação.
- E Segundo o COSO II, são quatro os componentes para o gerenciamento de riscos corporativos: ambiente externo; fixação de objetivos; estabelecimento de riscos; atividades de controle; e monitoramento.

### QUESTÃO 35

No que tange ao exercício profissional da auditoria, de acordo com a INTOSAI, assinale a opção correta.

- A O parecer pleno será emitido pelo auditor mesmo quando houver incertezas relacionadas às demonstrações contábeis.
- B O auditor deverá emitir o parecer adverso quando restrições à execução de sua atividade o impedirem de obter evidências suficientes acerca da veracidade das demonstrações contábeis.
- C A integridade constitui um dos princípios de conduta do profissional de auditoria: ele deve valer-se de honradez e imparcialidade na execução de seu trabalho.
- D O auditor, a fim de chamar a atenção do leitor para determinados pontos importantes de seu relatório de auditoria, vale-se do denominado parágrafo de epíteto.
- E São três as exigências éticas para o exercício profissional do auditor: integridade; independência e objetividade; e publicidade.

### QUESTÃO 36

Com relação ao exercício profissional de auditoria, assinale a opção correta de acordo com o IIA.

- A Não há impedimento a que auditor interno preste serviços de consultoria relacionados a operações pelas quais tenha sido responsável anteriormente. Nesse caso, ele próprio deverá avaliar tais operações.
- B Ao realizar trabalho de consultoria, o auditor interno deve ater-se aos seguintes pontos chave: necessidades e expectativas do cliente; complexidade e extensão requeridas para sua execução.
- C A independência da auditoria interna não deve ser prejudicada pelo fato de ela estar integrada à estrutura do órgão auditado: a influência do auditado implicaria prejuízo ao propósito das avaliações.
- D As avaliações internas de qualidade dos trabalhos da auditoria incluem os seguintes tipos de revisão: contínuas, preventivas e periódicas.
- E As avaliações externas de qualidade dos trabalhos da auditoria terão de ser realizadas a cada dois anos, por auditores qualificados e independentes.

**QUESTÃO 37**

Assinale a opção correta, com referência à auditoria de regularidade.

- A** O requisito de exatidão para o relatório de auditoria de regularidade estabelece que ele discorra apenas e tão somente a respeito do que é importante dentro do contexto do trabalho.
- B** Auditoria contábil e auditoria patrimonial constituem subespécies de auditoria de regularidade.
- C** Improriedades relacionadas a achados negativos em uma auditoria de regularidade referem-se à prática de atos de gestão ilegal que impliquem danos ao erário.
- D** A auditoria de regularidade visa examinar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão de agentes sujeitos à jurisdição de tribunal de contas.
- E** Veracidade, confiabilidade e relevância são os atributos de evidência considerados suficientes nos trabalhos da auditoria de regularidade.

**QUESTÃO 38**

Com relação à auditoria operacional, assinale a opção correta.

- A** São as seguintes as etapas de planejamento de uma auditoria operacional: especificação dos critérios, sistematização dos instrumentos de coleta de dados, teste final e elaboração do projeto.
- B** Um exemplo de ferramenta de controle de qualidade na execução de uma auditoria operacional é a matriz de achados, que, entre outros usos possíveis, auxilia no exame de evidências, causas e efeitos e demais elementos do relatório de auditoria.
- C** Comparadas às auditorias de regularidade, as auditorias operacionais são menos flexíveis na escolha de temas, objetos de auditoria e metodologias de trabalho.
- D** O monitoramento de uma auditoria operacional consiste no exame da situação existente, identificada e documentada durante a execução dos trabalhos.
- E** Em auditoria operacional, o requisito eficácia refere-se ao alcance dos resultados pretendidos por prazo indeterminado.

**QUESTÃO 39**

Uma auditoria em empresa pública de determinado estado da Federação constatou várias irregularidades. O tribunal de contas estadual deliberou, em acórdão, por vários mandados, e o plenário autorizou a verificação de seu cumprimento.

Nesse caso hipotético, o instrumento de fiscalização a ser adotado para verificação de cumprimento dos mandados é denominado

- A** monitoramento.
- B** levantamento.
- C** validação.
- D** inspeção.
- E** acompanhamento.

**QUESTÃO 40**

Acerca dos instrumentos de fiscalização, assinale a opção correta.

- A** Inspeção é o instrumento de fiscalização que examina a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avalia o desempenho das organizações auditadas.
- B** Auditoria consiste no instrumento de fiscalização utilizado para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias quanto à organização auditada.
- C** O levantamento tem como função o acúmulo de informações acerca do funcionamento da instituição e dos objetos a serem auditados.
- D** O monitoramento é o instrumento de fiscalização empregado para examinar e avaliar, ao longo de período predeterminado, o desempenho da organização auditada.
- E** O acompanhamento corresponde ao instrumento de fiscalização utilizado pelo tribunal de contas para a verificação do cumprimento de suas deliberações e dos resultados delas advindos.

**QUESTÃO 41**

A respeito dos procedimentos preliminares de auditoria relacionados à identificação e avaliação de riscos, assinale a opção correta.

- A** Todas as informações obtidas pelo auditor em auditorias prévias na mesma entidade auditada terão de ser consideradas na avaliação de riscos.
- B** No exame dos riscos decorrentes do uso da tecnologia de informação, cabe exclusivamente ao auditor a tarefa de verificar a fidedignidade dos relatórios eletrônicos que forem gerados.
- C** As conclusões e os pareceres da auditoria interna a respeito das demonstrações contábeis são considerados irrelevantes para o auditor independente.
- D** Os riscos de negócio devem constituir declarações da administração, explícitas ou não, incorporadas às demonstrações contábeis.
- E** Procedimentos analíticos de avaliação de riscos incluem a análise de informações como, por exemplo, a relação entre compras e volume de produtos em estoque.

**QUESTÃO 42**

Assinale a opção correta, com referência à determinação da materialidade e da relevância no planejamento e na execução da auditoria.

- A** É indispensável determinar um valor mínimo para a classificação de relevância das distorções encontradas.
- B** Nas auditorias das demonstrações contábeis, a definição de materialidade para entidades públicas segue as mesmas regras e condições adotadas para as entidades privadas.
- C** Determinada distorção pode ser considerada irrelevante em termos materiais, ainda que afete a decisão de um usuário específico da informação contábil.
- D** No caso de entidades com fins lucrativos, as demonstrações contábeis tidas como relevantes para o público em geral podem não ser relevantes para os investidores que fornecem o capital de risco para o empreendimento.
- E** Na determinação da materialidade, o auditor deve pressupor que os usuários do relatório de auditoria desconhecem os negócios e a atividade da entidade auditada.

**QUESTÃO 43**

No que se refere à documentação de auditoria, assinale a opção correta.

- A** A documentação de auditoria deve limitar-se aos registros elaborados pelo auditor, para fins de confirmação da autenticidade.
- B** De acordo com as normas em vigor, os termos arquivo de auditoria e documentação de auditoria são sinônimos.
- C** Por exigência da preservação probatória estabelecida nas normas de auditoria, a documentação de auditoria deve incluir todos os documentos, inclusive versões superadas de documentos e notas que reflitam entendimento incompleto.
- D** Discussões entre auditor e administração devem ser mantidas em sigilo, devendo, portanto, ser excluídas da documentação.
- E** Procedimentos podem ser executados mesmo depois da conclusão do relatório de auditoria, desde que sejam devidamente documentados.

**QUESTÃO 44**

Assinale a opção correta, relativamente aos procedimentos analíticos em trabalhos de auditoria.

- A** Nos procedimentos analíticos, podem-se incluir informações que se mostrem contraditórias ou inconsistentes com outras informações relevantes ou que produzam valores inesperados.
- B** Os procedimentos analíticos, em função do seu caráter detalhista, só devem ser aplicados a pequenos volumes de transações.
- C** Com o fim de evitar a ocorrência de algum viés em seu trabalho, nos procedimentos analíticos o auditor deve desconsiderar o desempenho de entidades do mesmo setor de atividade da entidade auditada.
- D** A fim de manter a consistência do relatório, em cada auditoria realizada o auditor deve selecionar um procedimento analítico único e específico para ser executado.
- E** Os procedimentos analíticos que forem realizados por administradores da própria entidade auditada deverão ser desprezados ou realizados novamente pelo auditor.

**QUESTÃO 45**

Uma evidência de auditoria que tenha sido obtida comprovando-se a existência real de recursos humanos, instalações, imóveis ou equipamentos é denominada evidência

- A** física.
- B** testemunhal.
- C** por confirmação de terceiros.
- D** documental.
- E** analítica.

**QUESTÃO 46**

No relatório, o auditor deverá especificar, em determinada seção, que a auditoria foi conduzida em conformidade com as normas vigentes e indicar a origem dessas normas. Essa declaração de conformidade normativa deverá constar da seção do relatório de auditoria intitulada

- A** responsabilidades da administração.
- B** parágrafo de opinião.
- C** outras responsabilidades.
- D** responsabilidades do auditor.
- E** parágrafo introdutório.

**QUESTÃO 47**

Nas empresas de auditoria, o monitoramento destina-se a garantir que o controle de qualidade seja efetivo. Para concretizar esse objetivo, o(s) responsável(is) pela execução do monitoramento deve(m)

- A** tratar de maneira apropriada as reclamações e alegações de que o trabalho realizado pela empresa não está de acordo com as normas técnicas.
- B** requerer que as pessoas que executarão a revisão do controle de qualidade de determinados trabalhos não sejam envolvidas na inspeção desses mesmos trabalhos.
- C** comunicar os requisitos de independência da empresa a seu pessoal e, quando aplicável, a outras pessoas sujeitas a ela.
- D** identificar e avaliar circunstâncias e relações que criem ameaças à independência, e tomar as medidas apropriadas.
- E** aplicar medidas disciplinares contra aqueles que deixarem de cumprir políticas e procedimentos da empresa, especialmente os recorrentes.

**QUESTÃO 48**

Constitui atribuição do responsável pela supervisão do trabalho de auditoria

- A** verificar se foram levantados assuntos significativos para consideração adicional.
- B** avaliar se o trabalho realizado é compatível com as conclusões obtidas.
- C** examinar se os objetivos dos procedimentos do trabalho foram alcançados.
- D** identificar os assuntos que deverão ser submetidos à consulta de membros mais experientes.
- E** certificar se o trabalho concluído foi realizado de acordo com as normas técnicas.

**QUESTÃO 49**

De acordo com os postulados básicos de auditoria governamental, é obrigação dos órgãos de controle externo

- A** alertar a autoridade administrativa para que instaure tomada de contas especial em relação a irregularidades conhecidas.
- B** realizar auditorias solicitadas pelo sistema de controle interno.
- C** estabelecer, juntamente com a administração, um sistema adequado de controle interno no âmbito da entidade auditada.
- D** enviar, no caso de auditoria em órgão da administração direta, relatório de auditoria ao titular do Poder Executivo.
- E** apresentar recomendações acerca de controles inadequados ou inexistentes nas entidades auditadas.

**QUESTÃO 50**

Com base nas normas de auditoria governamental relativas a planejamento e execução dos trabalhos, assinale a opção correta.

- A** Por motivos de economia e eficiência, a seleção do objeto de auditoria deve restringir-se aos critérios de relevância e materialidade.
- B** Concluída a auditoria, os correspondentes papéis de trabalho ficarão sob a guarda do sistema de controle interno da entidade auditada.
- C** Na hipótese de suspeita de irregularidades fora do escopo de auditoria em curso, o auditor deverá solicitar ao tribunal de contas a realização de uma nova auditoria para confirmar ou afastar essa suspeita.
- D** A previsão de auditorias deve ser independente e desvinculada de outras modalidades de fiscalização.
- E** Na auditoria de regularidade, deve-se verificar a conformidade de leis e regulamentos aplicáveis.

**QUESTÃO 51**

Determinada companhia adquiriu, em 30/9/2015, os papéis I, II e III, no valor de R\$ 1.000.000, cada um. Os três têm o mesmo prazo de vencimento: dois anos após a data da aquisição. A finalidade da compra, entretanto, é diferente em relação a cada investimento:

- I não se destinava a negociação imediata, mas não havia a intenção de mantê-lo até o vencimento;
- II deveria ser mantido até o vencimento;
- III destinava-se a negociação no curto prazo.

Considerando que, nessa situação hipotética, em 31/12/2015 os papéis ainda continuavam na companhia, assinale a opção correta.

- A** No balanço encerrado em 2015, os juros referentes ao ativo II deveriam ter sido reconhecidos a crédito de conta patrimonial — ajuste de avaliação patrimonial.
- B** Se, em 31/12/2015, o valor de mercado do ativo I tivesse sido avaliado em R\$ 900.000, então uma perda deveria ter sido reconhecida diretamente em conta de resultado.
- C** Se, na data da aquisição, os ativos I e III tivessem sido reconhecidos contabilmente em contas patrimoniais, isso acarretaria alteração da situação líquida da companhia.
- D** Quando da avaliação para fechamento do balanço de 2015, I e II compunham o mesmo grupo/subgrupo de contas do ativo não circulante.
- E** Se, em 31/12/2015, o valor justo do ativo III tivesse sido avaliado em R\$ 900.000, então uma perda deveria ter sido reconhecida diretamente em conta de resultado.

Espaço livre

**QUESTÃO 52**

Em janeiro de 2016, com a compra de novos equipamentos para renovar seu parque fabril, uma indústria pagou à vista R\$ 2.500.000, tendo sido o restante dividido em parcelas anuais iguais de R\$ 1.500.000, à taxa de juros de 15% ao ano. Os novos equipamentos foram colocados em uso ainda em janeiro de 2016 e a estimativa era utilizá-los por 15 anos, prevendo-se, após o uso, um valor residual de R\$ 1.000.000. A empresa utiliza o método linear de depreciação. Na data de aquisição dos equipamentos, o departamento financeiro elaborou a tabela a seguir, referente às parcelas a vencer do financiamento.

vencimento	valor nominal (R\$)	valor presente (R\$)
2/1/2017	1.500.000	1.304.348
2/1/2018	1.500.000	1.134.216
2/1/2019	1.500.000	986.274
2/1/2020	1.500.000	857.630
2/1/2021	1.500.000	745.765
Total	7.500.000	5.028.233

Assinale a opção correta relativamente à situação hipotética anteriormente descrita.

- A** Se, em janeiro de 2020, o valor contábil líquido do equipamento for inferior ao valor recuperável, um débito deverá ser feito na conta que representa o ativo.
- B** Após o segundo ano de uso, o valor mensal a ser depreciado será superior a R\$ 50.000.
- C** Em cada período, os juros incorridos do financiamento serão creditados em contas do ativo.
- D** Em janeiro de 2016, o saldo da conta que representa o ativo adquirido era superior a R\$ 9.000.000.
- E** Na data da aquisição, a conta redutora do financiamento, no passivo circulante, apresentava saldo inferior a R\$ 200.000.

**QUESTÃO 53**

Em 2015, a Cia. Alfa foi autuada pelo não recolhimento de R\$ 3.000.000, referentes a determinado imposto. Em 31/12/2015, foi reconhecida contabilmente uma provisão de apenas R\$ 1.500.000, por sugestão do setor jurídico da companhia. Simultaneamente, a Cia. Alfa impetrou recurso junto ao órgão fiscal. Em 25/1/2016, após julgamento do recurso, o órgão fiscal entendeu que era devido o recolhimento do valor de R\$ 2.000.000. A companhia optou por não recorrer dessa decisão. Em seguida, em 18/3/2016, foi autorizada a emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2015.

Nesse caso hipotético, o procedimento contábil correto a ser adotado pela Cia. Alfa consiste em reconhecer, nas demonstrações contábeis

- A** de 2015, uma provisão complementar de R\$ 1.500.000.
- B** de 2016, uma provisão de R\$ 1.500.000.
- C** do ano em que ocorrer o efetivo recolhimento, uma despesa tributária de R\$ 2.000.000.
- D** de 2015, uma provisão complementar de R\$ 500.000.
- E** de 2016, uma provisão de R\$ 500.000.

Espaço livre

**QUESTÃO 54**

Em 31/12/2015, o ativo imobilizado da Cia. Beta mostrava um valor contábil líquido de R\$ 3.000.000. Naquela data, apurou-se que o valor em uso desse ativo era de R\$ 4.000.000 e estimou-se que o valor justo menos os custos para vender era de R\$ 2.500.000. Em janeiro de 2016, após forte temporal, esses ativos foram severamente danificados, o que provocou a perda de 50% do imobilizado.

Nesse caso hipotético, sabendo-se que a autorização para publicação dos relatórios contábeis-financeiros da Cia. Beta foi feita em fevereiro de 2016, o valor correto do imobilizado evidenciado no balanço patrimonial de 2015 deveria ter sido de

- A** R\$ 1.500.000, visto que o dano sofrido no imobilizado foi material.
- B** R\$ 2.000.000, visto que os danos ocorreram antes da publicação do balanço.
- C** R\$ 2.500.000, que corresponde ao valor recuperável em 31/12/2015.
- D** R\$ 3.000.000, visto que o valor contábil líquido era inferior ao valor recuperável.
- E** R\$ 1.000.000, que corresponde à diferença entre o valor recuperável e o valor contábil em 31/12/2015.

**QUESTÃO 55**

reservas de capital	1.000
adiantamento a fornecedores	1.400
prejuízos acumulados	2.000
plano de pensão e de saúde	4.000
aplicações financeiras de curto prazo	4.100
tributos a recuperar	6.200
ativos não correntes à venda	9.000
intangível	9.000
caixa e equivalentes de caixa	9.300
estoques	24.000
ativo realizável a longo prazo	42.000
contas a receber	46.500
reservas de lucro	90.000
passivo circulante	100.000
investimentos	111.500
capital social realizado	205.000
passivo não circulante	312.000
imobilizado	443.000

A tabela acima, com valores em R\$ mil, mostra contas sintéticas, grupos e subgrupos do balanço patrimonial de determinada sociedade empresária, elaborado em conformidade com a Lei n.º 6.404/1976 e suas alterações. Com base nessas informações e nos dados da tabela, assinale a opção correta.

- A** O valor do passivo exigível é superior a R\$ 415.000.
- B** O valor do patrimônio líquido é igual a R\$ 296.000.
- C** O total de recursos aplicados é inferior a R\$ 700.000.
- D** O valor do ativo circulante é inferior a R\$ 100.000.
- E** O valor do ativo não circulante é igual a R\$ 605.500.

**QUESTÃO 56**

Determinada empresa levantou as informações mostradas a seguir (valores em reais), referentes às operações realizadas no mês de julho de 2016.

receitas realizadas e não recebidas	180.000
receitas recebidas antecipadamente e não realizadas	150.000
despesas incorridas e pagas	100.000
receitas realizadas e recebidas	90.000
despesas incorridas e não pagas	80.000
despesas pagas antecipadamente e não incorridas	60.000

Com base nessas informações, é correto afirmar que, de acordo com o regime de competência, a referida empresa obteve

- A** prejuízo de R\$ 10.000.
- B** lucro de R\$ 80.000.
- C** lucro de R\$ 90.000.
- D** lucro de R\$ 140.000.
- E** lucro de R\$ 180.000.

**QUESTÃO 57**

No balancete de verificação de determinada companhia, constam as seguintes contas: capital a integralizar; créditos a receber de diretores — transações não recorrentes; custo das mercadorias vendidas; debêntures conversíveis em ações; depreciação acumulada de imóveis de uso; descontos financeiros concedidos; férias a pagar; marcas e patentes; reservas de lucros a realizar; e vendas de sucatas (líquidas do ICMS).

Considerando essas contas, assinale a opção correta.

- A** Das contas apresentadas, cinco são de resultado e cinco são patrimoniais, e, destas, duas são redutoras.
- B** Debêntures conversíveis em ações, férias a pagar e reserva de lucros a realizar são contas patrimoniais que representam origens de recursos para a entidade.
- C** Os saldos das contas capital a integralizar, créditos a receber de diretores — transações não recorrentes, marcas e patentes e vendas de sucatas (líquidas de ICMS) aumentam por lançamentos a débito.
- D** A conta férias a pagar representa obrigação futura da entidade, derivada de eventos passados, de cuja liquidação espera-se como resultado a saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
- E** As contas custo das mercadorias vendidas, depreciação acumulada de imóveis de uso e descontos financeiros concedidos reduzem o resultado do exercício.

**QUESTÃO 58**

Em 2016, antes da publicação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício da Cia. Gama, referentes ao exercício de 2015, os auditores identificaram que, em 2013 e 2014, o registro da amortização foi feito a menor. Naqueles anos, a companhia aplicou uma taxa de 5% a.a. para amortizar o ativo intangível, quando deveria ter utilizado 10% a.a., como vinha fazendo nos anos anteriores. Antes de eventuais correções, foram levantadas informações dos últimos exercícios, mostradas a seguir (valores expressos em R\$ milhões).

balanço patrimonial	2015	2014	2013	2012	2011
intangível	100	100	100	100	100
amortização acumulada	40	30	25	20	10
reservas de lucros para expansão	670	550	430	320	200
demonstração do resultado do exercício	2015	2014	2013	2012	2011
receitas	430	430	420	420	400
amortização	10	5	5	10	10
outras despesas	300	305	305	290	270
lucro no período	120	120	110	120	120

Considerando-se as informações apresentadas e tendo em vista que, desde 2011, a Cia. Gama não adquiriu nem baixou ativos intangíveis e aplica todo o lucro do período na conta reservas de lucros para expansão, é correto afirmar que a referida companhia deverá

- A** corrigir o erro retrospectivamente, evidenciando uma variação positiva de R\$ 115 milhões na conta reservas de lucros para expansão em 2014, em relação ao ano anterior.
- B** abster-se de fazer qualquer correção antes da publicação das demonstrações contábeis de 2015.
- C** corrigir o erro prospectivamente nas demonstrações contábeis de 2015, reconhecendo um lucro líquido de R\$ 110 milhões.
- D** corrigir o erro retrospectivamente, para efeitos comparativos, evidenciando o valor contábil líquido de R\$ 65 milhões do ativo intangível, em 2013.
- E** corrigir o erro retrospectivamente, rerepresentando as demonstrações contábeis de 2014, com despesas com amortização, naquele período, no valor de R\$ 15 milhões.

**QUESTÃO 59**

No estoque da empresa comercial RT Ltda., havia, no início de maio de 2015, 50 unidades de raquetes de tênis, no valor de R\$ 200 cada uma. Naquele mês, a empresa comprou, no dia 10, 150 unidades desse mesmo produto, ao custo unitário de R\$ 210, e, no dia 18, outras 120 unidades, ao custo total de R\$ 26.400. Por apresentarem defeitos, em 24 de maio, 40 unidades da última compra foram devolvidas. A empresa registrou, também, duas vendas dessas raquetes, ao preço unitário de R\$ 350: 80 unidades foram vendidas em 15 de maio e 180 unidades foram vendidas em 23 de maio. A empresa mantém um controle permanente do estoque.

Assinale a opção correta acerca das operações apresentadas no mês de maio de 2015.

- A** O custo das vendas seria igual a R\$ 63.875, se fosse utilizado o método primeiro que entra, primeiro que sai (PEPS).
- B** Se fosse calculado pelo método da média ponderada, o valor do estoque, após a primeira venda, seria inferior a R\$ 25.000.
- C** O estoque final, que era de 20 unidades, teria custo unitário de R\$ 214, se fosse utilizado o método da média ponderada.
- D** O custo das vendas calculado pelo método da média ponderada é igual a R\$ 91.000.
- E** Entre todos os métodos utilizados, o da média ponderada é aquele que fornece o menor custo das mercadorias vendidas.

**QUESTÃO 60**

Acerca dos princípios de contabilidade incluídos na Resolução CFC n.º 750/1993, atualizada pela Resolução CFC n.º 1.282/2010, assinale a opção correta.

- A** A estimativa de perdas, ao longo do tempo, está em desacordo com a essência do princípio da prudência, que visa preservar a representação fidedigna dos itens patrimoniais e a confiabilidade do processo de avaliação.
- B** O recebimento antecipado por um serviço que será prestado pela entidade no próximo exercício deverá ser reconhecido contabilmente como receita no momento do recebimento, em conformidade com os princípios contábeis.
- C** Os ativos avaliados pelo custo corrente são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, que seriam pagos se esses ativos fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis.
- D** O processo contábil de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos componentes patrimoniais, para produzir informações íntegras e no tempo certo, está subordinado aos denominados princípios da continuidade e da tempestividade.
- E** O valor realizável de um passivo é representado pelo fluxo de caixa descontado, com o qual se espera liquidar as correspondentes obrigações da entidade no curso normal de suas operações.

**QUESTÃO 61**

custo de fabricação no período	1.200.000
estoque inicial de produtos em elaboração	150.000
estoque final de produtos em elaboração	200.000
custo dos produtos vendidos	800.000

Os dados antecedentes, com valores em reais, referem-se a uma empresa industrial que utiliza o método de custeio por absorção. Nesse caso, o custo da produção acabada, no período, é igual a

- A** R\$ 1.200.000.
- B** R\$ 350.000.
- C** R\$ 10.000.
- D** R\$ 1.350.000.
- E** R\$ 1.150.000.

**QUESTÃO 62**

Com relação à classificação de custos em um ambiente fabril, assinale a opção correta.

- A** Os custos de materiais indiretos dizem respeito exclusivamente a itens que não estão associados diretamente ao produto.
- B** Os custos primários são, por natureza, diretos e variáveis.
- C** Os valores monetários dos custos fixos não se alteram ao longo do tempo; os custos variáveis apresentam oscilações em seus valores.
- D** A depreciação das máquinas do departamento de produção é um custo indireto, independentemente do objeto de custeio.
- E** Os custos indiretos de fabricação são, necessariamente, custos fixos.

**QUESTÃO 63**

A respeito de custo e despesa, assinale a opção correta.

- A** Nas empresas que prestam serviços de consultoria, as quotas de depreciação são sempre despesas.
- B** Em se tratando de entidades não industriais, custo e despesa são sinônimos, uma vez que não há estocagem.
- C** O gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços pode ser custo ou despesa, conforme o ambiente empresarial em que ocorre.
- D** O gasto de instituição financeira relativo à compra de terreno para a construção de uma agência somente se transformará em despesa quando de sua eventual venda.
- E** O pagamento, em dinheiro, da conta de energia elétrica relativa à área comercial de uma indústria é um item de custo.

**Texto 5A2AAA**

Determinada empresa, que utiliza o método de custeio por absorção, fabrica bicicletas ergométricas do tipo horizontal (BH) e do tipo vertical (BV). Nessa empresa, A e B são os departamentos de produção e C é o departamento de manutenção. O quadro a seguir mostra os custos indiretos incorridos em determinado período e as bases para alocação.

	A	B	C	total
custos indiretos (em R\$)	30.000	10.000	10.000	50.000
horas de manutenção	100	100		200
horas de produção de BH	600	200		800
horas de produção de BV	400	100		500

Os custos diretos, já alocados aos produtos, incorridos no período e o volume de produção foram os seguintes:

	BH	BV	total
custos diretos (em R\$)	59.000	41.000	100.000
quantidade produzida	100	100	

**QUESTÃO 64**

Com base nas informações apresentadas no texto 5A2AAA, é correto afirmar que o custo unitário de fabricação da bicicleta ergométrica BH é igual a

- A R\$ 800.
- B R\$ 700.
- C R\$ 1.100.
- D R\$ 1.000.
- E R\$ 900.

**QUESTÃO 65**

Com base nas informações apresentadas no texto 5A2AAA, é correto afirmar que o custo total de fabricação das bicicletas ergométricas BV é igual a

- A R\$ 55.000.
- B R\$ 50.000.
- C R\$ 45.000.
- D R\$ 40.000.
- E R\$ 60.000.

**QUESTÃO 66**

Em relação aos métodos de custeio variável e por absorção e ao custeio com base em atividade (ABC), assinale a opção correta.

- A O método ABC não utiliza rateio de custos indiretos.
- B A principal característica da segunda geração do ABC é a maior precisão na transferência dos custos das atividades para os produtos.
- C O ABC é também aplicado aos custos diretos, o que leva a resultados substancialmente diferentes em relação ao custeio variável e ao custeio por absorção.
- D No custeio variável, o custo dos produtos não inclui os custos indiretos.
- E Dados os princípios contábeis atualmente aceitos, não se admite o uso do custeio variável, método que fere, entre outros princípios, o da confrontação entre despesas e receitas.

**QUESTÃO 67**

salários dos consultores (parte fixa)	20.000
salários dos consultores (parte variável)	40.000
combustível do veículo usado exclusivamente nos projetos	500
salários dos auxiliares de contabilidade que atendem aos diversos projetos de consultoria	10.000
depreciação dos equipamentos do escritório	150
assinaturas de jornais e revistas	500
Internet e telefone	500
despesas variáveis	1.000

A tabela precedente, com valores em reais, mostra itens de custo relativos a uma empresa de consultoria contábil cujo modelo de negócio é operacionalizado por meio de projetos de consultoria. Os projetos executados são os objetos de custeio e o método de custeio é o método por absorção.

Com base nas informações apresentadas, assinale a opção correta.

- A Todos os gastos variáveis compõem o custo dos projetos.
- B As despesas totalizam R\$ 1.000.
- C Os custos variáveis somam R\$ 41.000.
- D A depreciação dos equipamentos e os salários dos auxiliares de contabilidade representam custos fixos indiretos.
- E Os custos fixos somam R\$ 32.150.

**QUESTÃO 68**

matéria-prima	R\$ 20.000
mão de obra direta	R\$ 15.000
custos indiretos variáveis	R\$ 3.000
depreciação relacionada à produção	R\$ 500
outros custos fixos de produção	R\$ 5.000
receita de vendas	R\$ 50.000
volume produzido	40 unidades

Os dados precedentes referem-se à produção de raquetes de tênis por determinada empresa, em um período específico. Toda a produção foi vendida nesse período.

Considerando as informações apresentadas, é correto afirmar que, segundo o método de custeio

- A variável, a margem de contribuição é igual a R\$ 12.000.
- B variável, o custo variável unitário é igual a R\$ 850.
- C por absorção, o custo unitário de produção é igual a R\$ 1.000.
- D por absorção, o custo de transformação é igual a R\$ 43.500.
- E variável, os custos referentes aos produtos totalizam R\$ 35.000.



**QUESTÃO 69**

Em relação à terminologia aplicada à contabilidade de custos e à classificação de custos, assinale a opção correta.

- A As principais características dos custos variáveis incluem atribuições mais precisas aos departamentos de produção, se comparadas aos custos fixos.
- B O custo dos produtos vendidos é superior ao custo de fabricação no período.
- C O custo da produção acabada é superior ao custo dos produtos vendidos.
- D Os termos custo de transformação, custo de conversão e custo primário são sinônimos.
- E A soma dos custos indiretos de fabricação no período e do custo primário no período resulta no custo da produção acabada.

**QUESTÃO 70**

A margem de contribuição unitária de determinado produto é 80, o custo direto variável é 20 por unidade, o custo indireto variável é 5 por unidade e o custo indireto fixo por unidade é 8. Considerando os dados apresentados e os conceitos inerentes aos sistemas de custeio direto e por absorção, assinale a opção correta.

- A A margem de contribuição deve cobrir os custos fixos e variáveis.
- B A margem de contribuição é conceito utilizado, também, no âmbito do custeio por absorção.
- C A margem de contribuição apresentada decorre de um preço de venda de R\$ 100.
- D A margem de contribuição apresentada decorre de um preço de venda de R\$ 105.
- E A margem de contribuição apresentada decorre de um preço de venda de R\$ 113.

**QUESTÃO 71**

Acerca da contabilidade aplicada ao setor público, assinale a opção correta.

- A De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, o sistema de contabilidade deve permitir o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços mercantis e o levantamento de relatórios que possibilitem a identificação de desvios de recursos públicos.
- B O plano de contas aplicado ao setor público é obrigatório a todos os órgãos e a todas as entidades da administração direta e indireta dos entes da Federação.
- C Com a finalidade de controlar a execução do gasto público, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que sejam elaborados o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal, dispensando-se versões simplificadas desses documentos.
- D As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) devem ser observadas por todos os entes públicos ao elaborarem as informações contábeis.
- E O resultado orçamentário é obtido na comparação entre receita realizada e despesa executada, ao passo que o resultado financeiro depende dos saldos financeiros do início e do final do exercício social.

**QUESTÃO 72**

Considerando as disposições do **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**, sexta edição, acerca do balanço patrimonial, assinale a opção correta.

- A O ativo financeiro compreende os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- B O art. 106 da Lei n.º 4.320/1964 dispõe que entidades governamentais são proibidas de reavaliar ativos.
- C Passivo financeiro corresponde às obrigações relativas a despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas ou não, que ainda não tenham sido pagas, bem como às despesas submetidas a processo de execução orçamentária, como as cauções.
- D Ao final do exercício social, devem ser iguais os valores dos ativos — valores da classe 1 — e os valores dos passivos e do patrimônio líquido — valores da classe 2.
- E O balanço patrimonial é composto pelos seguintes quadros: principal; ativos e passivos financeiros e de compensação; contas de controle; e quadro de superávit/déficit financeiro.

**QUESTÃO 73**

Com base no disposto na Lei Complementar n.º 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a opção correta.

- A Em cada período de apuração, a despesa total com pessoal não deve exceder a 50% da receita corrente líquida, no caso dos estados e municípios, e a 60%, no caso da União.
- B Ao contrário das despesas efetivas, as despesas não efetivas não alteram o patrimônio público, uma vez que estas se constituem de fatos contábeis modificativos.
- C As receitas e despesas não efetivas são computadas para o cálculo de limites globais da LRF, independentemente da entrada ou saída de caixa.
- D De acordo com o art. 55 da referida lei, o balanço orçamentário e o demonstrativo das receitas e despesas devem constar do relatório de gestão fiscal.
- E Restos a pagar correspondem às despesas empenhadas e não liquidadas para as quais se tenha limite orçamentário suficiente, independentemente dos recursos de caixa disponíveis para honrar os compromissos assumidos.

**QUESTÃO 74**

Considerando as disposições das normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Lei n.º 4.320/1964, assinale a opção correta.

- A** O objetivo da contabilidade aplicada ao setor público é fornecer aos usuários informações acerca dos resultados alcançados e dos aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e patrimonial da entidade do setor público, bem como suas mutações, com a finalidade de apoiar o processo de tomada de decisão e fornecer o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.
- B** Conforme estabelecido nos conceitos do CFC e da Lei n.º 4.320/1964, o balanço orçamentário deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias e extraorçamentárias detalhadamente, em níveis relevantes de análise, bem como confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução.
- C** Tanto a Lei n.º 4.320/1964 quanto as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T 16) são de aplicação obrigatória aos entes públicos no âmbito das três esferas.
- D** A Lei n.º 4.320/1964 e as normas do CFC tratam o reconhecimento da receita orçamentária de forma diferenciada: a lei pressupõe a receita orçamentária pelo regime de caixa, e o CFC pressupõe o reconhecimento por competência.
- E** Diferentemente da Lei n.º 4.320/1964, que estabelece seis demonstrativos para os resultados gerais do exercício, a NBC T 16.6, editada pelo CFC, estabelece apenas os quatro seguintes demonstrativos: balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial e demonstração das variações patrimoniais.

**QUESTÃO 75**

Acerca dos demonstrativos contábeis referentes ao setor público, assinale a opção correta à luz das disposições da Lei n.º 4.320/1964.

- A** A dívida fluante inclui os restos a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.
- B** As notas explicativas subsidiam a interpretação e a forma de utilização do superávit financeiro, bem como a reabertura de créditos especiais e extraordinários. Além disso, elas contribuem para o entendimento da influência desse superávit e dos referidos créditos no resultado orçamentário, proporcionando uma correta interpretação das informações contábeis.
- C** Quaisquer movimentações financeiras e orçamentárias em caixa de ente governamental dependem de prévia autorização do Poder Legislativo e devem constar do balanço financeiro desse ente.
- D** O balanço orçamentário deve demonstrar as receitas detalhadas por categoria de função, com especificação da previsão inicial, da previsão atualizada para o exercício, da receita realizada e do saldo correspondente a excesso ou déficit de arrecadação.
- E** A demonstração das variações patrimoniais deve evidenciar todas as alterações apuradas no patrimônio, independentemente da execução orçamentária, bem como indicar o resultado patrimonial do exercício. Assim, o resultado patrimonial do período é apurado confrontando-se variações patrimoniais qualitativas aumentativas e diminutivas.

**QUESTÃO 76**

De acordo com as orientações contidas no MCASP, assinale a opção correta.

- A** Transferências voluntárias correspondem à entrega de recursos correntes ou de capital, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, para outro ente da Federação, com vistas ao financiamento de serviços públicos de saúde, educação e(ou) segurança.
- B** O MCASP visa proporcionar maior transparência das contas públicas e uniformizar a classificação das receitas e despesas orçamentárias e intraorçamentárias, obrigatoriamente, em cada nível governamental e nas empresas estatais independentes.
- C** O suprimento de fundos destina-se aos casos de despesas expressamente definidas em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, mesmo que não se tenha feito o empenho da referida despesa.
- D** O MCASP foi instituído com a finalidade de facilitar o reconhecimento de receitas e despesas, possibilitar uma consolidação das contas nacionais, no âmbito das três esferas governamentais, e fornecer informações para a gestão.
- E** Despesa orçamentária não efetiva é aquela que constitui fato contábil modificativo diminutivo, ao passo que despesa orçamentária efetiva constitui um fato contábil permutativo.

**QUESTÃO 77**

Ainda com relação às recomendações do MCASP, assinale a opção correta.

- A** Transferências intergovernamentais voluntárias são também denominadas de intraorçamentárias e compreendem a entrega de recursos correntes ou de capital por um ente transferidor a um ente beneficiário, ou recebedor.
- B** O regime de contabilidade aplicado ao setor público apresenta natureza mista, uma vez que é composto por um regime orçamentário, em que se reconhece a receita na arrecadação, e um regime contábil, em que a receita deve ser reconhecida por competência.
- C** A aquisição de um imobilizado a prazo, como uma usina hidrelétrica, envolve os quatro seguintes subsistemas: de custos, orçamentário, patrimonial e financeiro.
- D** No subsistema orçamentário denominado registrar, deve-se processar e evidenciar os atos e os fatos relacionados ao planejamento e às execuções orçamentária e extraorçamentária.
- E** Ao reter o imposto de renda do salário do trabalhador, o sistema informatizado efetua um registro na conta caixas e equivalentes de caixa em moeda nacional (débito na conta 1.1.1.1.1.xx.xx) e na conta impostos sobre o patrimônio e a renda (crédito na conta 4.1.1.2.x.xx.xx).

**QUESTÃO 78**

Considerando que um ente tenha reduzido a alíquota de determinado imposto, decorrendo disso uma redução na receita arrecadada, assinale a opção correta acerca do registro da renúncia de receita.

- A** O balanço financeiro será afetado, pois haverá registro de saída de caixa do ente federado.
- B** No momento do reconhecimento do fato gerador, haverá um lançamento de natureza orçamentária e um evento de natureza financeira e patrimonial.
- C** Depois de reconhecido o fato gerador, será gerada uma informação de natureza orçamentária, pois haverá um registro em créditos tributários a receber (ativo) em contrapartida a impostos sobre patrimônio e renda (receita), para cumprir o regime de competência, no valor da redução ou renúncia.
- D** No momento da arrecadação, deverá haver um lançamento de natureza orçamentária e um evento de natureza financeira e patrimonial.
- E** O reconhecimento da receita pelo regime de competência implicará um evento de natureza patrimonial, ao passo que, pelo regime da arrecadação, serão envolvidos um evento patrimonial, um orçamentário e um de controle.

**QUESTÃO 79**

À luz do disposto na LRF, assinale a opção correta.

- A** O RREO inclui os demonstrativos de pessoal, das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, da receita líquida de impostos e das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.
- B** Com a finalidade de evidenciar os indicadores estabelecidos pela LRF para o equilíbrio das contas públicas com relação a aspectos fiscais, os instrumentos obrigatoriamente utilizados são os relatórios de gestão fiscal (RGF), o relatório resumido da execução orçamentária (RREO) e o balanço orçamentário e patrimonial.
- C** Para se efetuar a inscrição em restos a pagar, é necessário determinar a disponibilidade financeira depois de excluídos os valores constantes nas contas de encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício, bem como observar as contas de caixas e equivalentes de cada ente federado, separando-se os compromissos vinculados.
- D** As insubsistências ativas impactam negativamente o resultado patrimonial de um ente, pois são consideradas variações patrimoniais diminutivas no orçamento e no patrimônio desse ente.
- E** A consolidação das contas nacionais, de responsabilidade da Secretaria de Tesouro Nacional, abrange todas as entidades incluídas nos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos.

**QUESTÃO 80**

No que se refere aos princípios orçamentários estabelecidos na Lei n.º 4.320/1964 e no MCASP, assinale a opção correta.

- A** O princípio da legalidade aplicado à administração pública prevê que cabe ao poder público fazer ou deixar de fazer somente aquilo que a lei orçamentária expressamente autorizar. Nesse sentido, não se deve efetuar despesa que não estiver prevista ou para a qual não haja recurso para executá-la.
- B** O princípio da publicidade estabelece ser dever do ente público divulgar o orçamento público de forma ampla à sociedade.
- C** O princípio da vinculação (afetação) da receita de impostos autoriza ao gestor que assuma um novo governo vincular os impostos conforme as necessidades da gestão que irá desenvolver, criando-se, com isso, uma obrigação definitiva para o ente federado.
- D** Os princípios orçamentários visam prioritariamente estabelecer regras norteadoras específicas para conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de execução e controle do orçamento público.
- E** O princípio da universalidade determina que a lei orçamentária anual compreenda todas as receitas e despesas dos poderes, dos órgãos, das entidades e das empresas controladas pelo setor público.

**QUESTÃO 81**

No que se refere às normas de direito financeiro constantes na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

- A** Os estados da Federação podem criar bancos para a emissão de moedas estaduais, diferentes da moeda nacional.
- B** Os estados da Federação não têm competência para legislar sobre direito financeiro.
- C** A competência legislativa da União sobre direito financeiro limita-se ao estabelecimento de normas gerais.
- D** A lei de diretrizes orçamentárias é de iniciativa do Poder Legislativo.
- E** A lei que dispõe sobre finanças públicas e fiscalização financeira da administração direta e indireta é lei ordinária.

**QUESTÃO 82**

A operação de crédito por antecipação de receita (ARO)

- A** pode ser livremente contratada pelos entes da Federação, desde que se realize procedimento licitatório da modalidade concorrência com as instituições financeiras interessadas.
- B** pode ser contratada até o final do mandato do governador ou do prefeito.
- C** pode ser realizada independentemente de haver outra operação da mesma natureza não integralmente resgatada.
- D** deve ser integralmente liquidada até o dia 31 de dezembro de cada ano.
- E** não poderá prever tarifas ou outros encargos, além da taxa de juros da operação, cobrados pela instituição financeira contratada.

**Texto 5A4AAA**

No primeiro dia de mandato do prefeito do município X, sua equipe apresentou-lhe a situação das contas municipais. A equipe alegou que não havia recursos suficientes em caixa para o pagamento das despesas correntes do município até o final do primeiro mês do ano, mas assegurou ao prefeito que ele poderia recorrer à ARO como forma de obter a quantia necessária ao atendimento das despesas.

**QUESTÃO 83**

O prefeito do município X, referido no texto 5A4AAA, não poderá realizar operações de ARO no período entre o dia

- A 1.º de dezembro de um exercício e o último dia de fevereiro do exercício seguinte.
- B 1.º de janeiro e o último dia de fevereiro de cada exercício.
- C 1.º de janeiro e o dia 31 de março de cada exercício.
- D 10 de janeiro e o dia 31 de março de cada exercício.
- E 10 de dezembro de um exercício e o dia 9 de janeiro do exercício seguinte.

**QUESTÃO 84**

Na elaboração da proposta orçamentária do município X, mencionado no texto 5A4AAA, a equipe do prefeito deve classificar a amortização (pagamento do principal) da ARO, segundo a categoria econômica, como

- A transferência corrente.
- B investimento.
- C inversão financeira.
- D transferência de capital.
- E despesa de custeio.

**Texto 5A4BBB**

João, com sessenta e cinco anos de idade, é credor de determinado estado da Federação pela importância de R\$ 500.000, em virtude de sentença judiciária transitada em julgado que condenou o estado, após apuração da responsabilidade civil, a indenizá-lo pela morte de sua esposa.

**QUESTÃO 85**

Acerca da situação hipotética apresentada no texto 5A4BBB, assinale a opção correta.

- A Caso João ceda seu crédito a outra pessoa natural, esta poderá fazer uso das preferências e das propriedades de que o crédito gozava antes da cessão.
- B João pode pleitear o fracionamento do valor da execução, de modo que parte desse valor seja pago com a maior preferência admitida pela CF.
- C O crédito de João será integralmente pago, independentemente de haver débitos seus inscritos na dívida ativa do estado e não suspensos por decisão administrativa ou judicial.
- D Em virtude da natureza do crédito, João não pode utilizar seu crédito em precatório para adquirir imóvel público do referido estado.
- E Para ceder seu crédito a uma pessoa jurídica, João precisaria obter a concordância do estado.

**QUESTÃO 86**

Considerando-se que a sentença referida no texto 5A4BBB tenha transitado em julgado em 1.º de março de 2016, para que o recebimento da indenização devida pelo estado ocorresse até o final de 2017, a data limite para a apresentação do precatório seria

- A 1.º de julho de 2016.
- B 10 de janeiro de 2017.
- C 31 de dezembro de 2016.
- D 1.º de junho de 2016.
- E 1.º de abril de 2016.

**QUESTÃO 87**

A lei que tem por objetivos orientar a elaboração do orçamento, dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento denomina-se

- A Lei n.º 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro.
- B plano plurianual.
- C lei orçamentária anual.
- D lei de diretrizes orçamentárias.
- E Lei de Responsabilidade Fiscal.

**QUESTÃO 88**

Considere que determinado estado receba compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica em seu território. Nessa situação hipotética, em sua contabilidade, o estado deverá lançar as receitas da compensação financeira como

- A receita de contribuição.
- B transferências correntes.
- C outras receitas correntes.
- D receita patrimonial.
- E receita industrial.

**QUESTÃO 89**

No regime de repartição de receitas tributárias,

- A classifica-se como participação direta aquela na qual o ente da Federação recebe parcela da arrecadação de receita tributária de outro ente por intermédio de fundos que distribuem os valores conforme critérios estabelecidos em lei.
- B os municípios podem ficar com a totalidade da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, caso assumam a fiscalização e a cobrança do imposto.
- C os estados não estão autorizados a condicionar a entrega de recursos ao pagamento de seus créditos pelo município receptor.
- D a União não está autorizada a condicionar a entrega de recursos à observância, pelo município receptor, das regras constitucionais de aplicação de percentuais das receitas de impostos em ações e serviços públicos de saúde.
- E os estados devem repassar aos municípios 30% da receita de imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

**QUESTÃO 90**

O Tribunal de Contas de determinado estado recebeu, em 1.º de julho de 2016, representação contra um dos municípios desse estado. Na representação, relata-se que tal município, que tem quinze mil habitantes, não disponibilizou em meios eletrônicos de acesso público e em tempo real as informações pormenorizadas sobre sua execução orçamentária e financeira.

Nessa situação hipotética, conforme disposição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o município está sujeito

- A à proibição de obtenção de garantia, direta ou indireta, de outro ente.
- B ao impedimento à contratação de operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.
- C à proibição de prática de qualquer ato que provoque aumento de despesa com pessoal.
- D ao pagamento de multa diária até que as informações sejam disponibilizadas em meios eletrônicos de acesso público e em tempo real.
- E à vedação ao recebimento de transferências voluntárias.

**QUESTÃO 91**

Assinale a opção correta, acerca dos poderes da administração pública.

- A O poder regulamentar consiste na prerrogativa conferida à administração pública para alterar a legislação vigente sempre que o interesse público assim o exigir.
- B O poder-dever da administração pública de punir as faltas cometidas por servidores públicos é imprescritível e demanda prévia apuração em processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- C Em razão do poder-dever de agir do administrador público, toda omissão da administração pública é ilegal.
- D Configura-se excesso de poder no caso em que o agente, embora no âmbito da sua competência, não considera o interesse público, que deve nortear a atuação administrativa.
- E Embora nem toda ilegalidade decorra de conduta abusiva, todo abuso de poder se reveste de ilegalidade.

**QUESTÃO 92**

À luz da norma de regência, a licitação é dispensável

- A para a celebração com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, de contratos de prestação de serviços para atividades contempladas no contrato de gestão.
- B para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
- C para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, se tal artista for consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- D para a celebração de qualquer tipo de contrato se, mesmo sendo possível a realização da licitação, não tenham surgido interessados em licitação realizada para tal fim e a repetição da licitação cause prejuízo.
- E para as compras, pelas Forças Armadas, de material de uso pessoal e administrativo, se houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres.

**QUESTÃO 93**

Conforme a legislação e a jurisprudência do STJ, em se tratando de improbidade administrativa,

- A prevalece, no juízo preliminar da ação, o princípio do *in dubio pro reu*.
- B há litisconsórcio passivo necessário entre o agente público e os terceiros beneficiados com a prática do ato ímprobo.
- C é inadmissível a utilização da prova emprestada colhida em persecução penal.
- D basta a comprovação da culpa para a responsabilização do agente com base na hipótese de enriquecimento ilícito.
- E basta a comprovação da culpa para a responsabilização do agente com base na hipótese de dano ao erário.

**QUESTÃO 94**

Assinale a opção correta, acerca da extinção dos atos administrativos.

- A A convalidação por ratificação somente pode ser realizada pelo superior hierárquico do agente que praticou o ato anterior.
- B A invalidação fulmina todas as relações jurídicas decorrentes do ato inválido, resguardados os direitos de terceiros de boa-fé que não tenham contribuído para a invalidação do ato.
- C A cassação é ato discricionário do agente público.
- D Por ser a revogação um ato discricionário, ao se revogar um ato revogado, ocorrerá, por consequência lógica, a repristinação do ato originário.
- E São passíveis de revogação os chamados atos meramente administrativos, tais como pareceres e certidões.

**QUESTÃO 95**

Em relação à administração pública direta e indireta, assinale a opção correta.

- A O vínculo entre o poder público e as organizações da sociedade civil de interesse público é estabelecido mediante a celebração de contrato de gestão, no qual deverão estar previstos os direitos e as obrigações dos pactuantes e destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução das atividades de interesse público.
- B Organizações sociais são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.
- C Os serviços sociais autônomos, que são instituídos pelo poder público por meio de lei, integram a administração pública.
- D Não é obrigatória a participação de agentes do poder público no conselho de administração das organizações sociais, exigindo-se, contudo, que seja formado por membros representantes de entidades da sociedade civil e por membros com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, a serem eleitos pelos integrantes do conselho.
- E A qualificação das organizações sociais será concedida pelo Ministério da Justiça por meio de ato vinculado.

**QUESTÃO 96**

Quanto às espécies de atos administrativos, assinale a opção correta.

- A** A licença pode ser concedida de ofício pela administração.
- B** A permissão pode ser concedida de ofício pela administração.
- C** A permissão de uso de bens públicos é ato unilateral, discricionário e precário.
- D** Autorização é ato pelo qual a administração consente que o particular exerça atividade ou utilize bem público que vise ao interesse público.
- E** Licença é ato discricionário por meio do qual a administração confere ao interessado consentimento para o desempenho de determinada atividade.

**QUESTÃO 97**

Assinale a opção correta, a respeito das autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas.

- A** A extinção das empresas públicas e das sociedades de economia mista somente pode ocorrer por meio de lei autorizadora.
- B** Poderá o Estado instituir fundações públicas quando pretender intervir no domínio econômico.
- C** Cabe às autarquias a execução de serviços públicos de natureza social, de atividades administrativas e de atividades de cunho econômico e mercantil.
- D** As empresas públicas, as sociedades de economia mista e as autarquias têm personalidade jurídica de direito privado.
- E** Tanto as sociedades de economia mista quanto as empresas públicas devem ter a forma de sociedades anônimas.

**QUESTÃO 98**

Acerca do controle da administração pública, assinale a opção correta.

- A** Os tribunais de contas estaduais e municipais não podem inserir, em sua competência, funções não mencionadas na Constituição Federal de 1988 para o TCU.
- B** A regra geral é a de que o controle judicial é anterior (*a priori*) à produção do ato administrativo, de modo a evitar-se eventual prejuízo ao interesse público.
- C** O direito de petição é um dos instrumentos de realização do controle judicial.
- D** Em se tratando de controle patrimonial, a fiscalização incide sobre a execução das atividades administrativas em geral, em especial para a verificação dos procedimentos legais para cada fim.
- E** O controle operacional inclui a fiscalização, por exemplo, de almoxarifados, bens em estoque e bens consumíveis.

**QUESTÃO 99**

O princípio da proteção à confiança da administração pública

- A** determina que a administração pública atenda apenas ao que a lei impõe.
- B** dá à administração pública o poder da execução imediata das decisões administrativas, possibilitando a criação de obrigações para o particular.
- C** corresponde ao aspecto subjetivo do princípio da segurança jurídica.
- D** é considerado uma imposição da limitação à discricionariedade da administração pública.
- E** é um dos princípios expressamente arrolados no art. 37 da Constituição Federal de 1988.

**QUESTÃO 100**

Com relação aos serviços públicos, assinale a opção correta.

- A** É subjetiva a responsabilidade referente aos serviços públicos.
- B** O serviço público é incumbência do Estado, conforme previsão expressa na Constituição Federal de 1988, podendo ser prestado diretamente pelo poder público ou sob o regime de concessão ou permissão.
- C** O elemento material do serviço público refere-se ao regime jurídico ao qual será submetido.
- D** Há quatro elementos constitutivos dos serviços públicos: subjetivo, formal, legal e material.
- E** Para os chamados serviços públicos comerciais ou industriais, o regime jurídico aplicável é o de direito público.

Espaço livre